

## Educação Rural e Institucionalização Escolar: Análise Documental de uma Escola Rural Mista

### Rural Education and the Institutionalization of Schooling: A Documentary Study of a Mixed Rural School

Ana Paula Gomes Mancini<sup>1</sup>  
Edcarlos Pereira dos Santos<sup>2</sup>

483

**Resumo:** Este estudo sistematiza documentalmente aspectos da gênese e do funcionamento da educação rural no município de Glória de Dourados, então pertencente ao antigo estado de Mato Grosso, nos anos de 1972 e 1974. Tem como objetivo analisar os processos de institucionalização do ensino rural local, examinar as tessituras discursivas que marcaram o movimento ruralista entre as décadas de 1930 e 1940, e elucidar elementos históricos relativos à Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º Graus São José de Glória de Dourados, com base em um corpus documental situado nos recortes temporais mencionados. A pesquisa inscreve-se no campo da História da Educação, adotando uma abordagem historiográfica e documental, com ênfase na análise de fontes primárias, tais como diários de classe, contratos de prestação de serviços, registros de matrícula, mapas mensais e currículos profissionais de docentes. A investigação se justifica pela ausência de estudos prévios sobre a instituição analisada, revelando a importância de ampliar a historiografia educacional no contexto sul-mato-grossense. Ao explorar uma escola até então não documentada academicamente, o estudo revela práticas, sujeitos históricos – professores e alunos –, materiais pedagógicos e dinâmicas próprias da cultura escolar rural, contribuindo para o entendimento das especificidades da educação em territórios interioranos. Assim, propõe-se como uma contribuição significativa à construção de um arcabouço teórico voltado à compreensão da historicidade das instituições escolares no Sul do antigo Mato Grosso, inscrevendo-se em um debate mais amplo sobre a historicidade das instituições escolares em espaços interioranos.

**Palavras-chave:** Educação Rural. Movimento ruralista, Institucionalização

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP – Marília- SP Professora Associada IV na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, MS, Brasil. Rodovia Dourados- Itahun, km 12- Cidade Universitária. Unidade 2.Dourados, MS, Brasil. CEP: 79.804-970. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6476-7858>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202318166315954>

E-mail: anapaulamancini@ufgd.edu.br.

<sup>2</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD. Endereço para correspondência: Rua Marechal Rondon, 626, Vila Industrial, Dourados-MS, Brasil. CEP: 79.840-050. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7962-0393>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3448143309332490>

E-mail:pereiraedcarlos50@gmail.com

Recebido em 30/03/2024

Aprovado em: 05/05/2025

Sistema de Avaliação: Double Blind Review



**Abstract:** This study systematizes documentary aspects of the genesis and functioning of rural education in the municipality of Glória de Dourados, which at the time belonged to the former state of Mato Grosso, during the years 1972 and 1974. It aims to analyze the processes of institutionalization of rural education in the region, examine the discursive fabric that shaped the local ruralist movement between the 1930s and 1940s, and elucidate historical elements related to the São José de Glória de Dourados Municipal Mixed Rural School of Primary and Secondary Education, based on a documentary corpus situated within the aforementioned temporal frameworks. The research is situated within the field of the History of Education, adopting a historiographic and documentary approach, with emphasis on the analysis of primary sources such as class diaries, service contracts, student enrollment records, monthly reports, and teachers' professional curricula. The investigation is justified by the absence of prior studies on the institution analyzed, underscoring the need to broaden educational historiography in the southern region of Mato Grosso. By exploring a school hitherto undocumented in academic literature, the study uncovers pedagogical practices, historical subjects—teachers and students—didactic materials, and dynamics inherent to rural school culture, contributing to an understanding of the specificities of education in inland territories. Thus, it offers a significant contribution to the construction of a theoretical framework for understanding the historicity of school institutions in the South of the former state of Mato Grosso, aligning itself with broader debates on the historicity of educational institutions in rural settings.

**Keywords:** Rural Education, Ruralist Movement, Institutionalization.

## 1 Introdução

O presente artigo constitui o resultado de uma investigação cujo escopo central consistiu na realização de um exame aprofundado acerca da educação rural no Sul do antigo estado de Mato Grosso. Para tanto, empreendeu-se um levantamento bibliográfico sistemático sobre a temática do ensino rural no Mato Grosso unificado, no interstício de 1930 a 1940. A partir deste ponto, adota-se a nomenclatura **Mato Grosso Uno (UNO)** para referir-se à porção meridional do antigo território mato-grossense.

A pesquisa teve por objetivo examinar as dinâmicas da educação rural no período supracitado, bem como os impactos decorrentes do processo de modernização e urbanização, que culminaram no fechamento de diversas unidades escolares situadas em áreas rurais. Especificamente, almejou-se a catalogação dos documentos históricos relativos à Escola Rural Mista São José de Glória de Dourados, referentes aos anos de 1972 e 1974, analisando, assim, o funcionamento da educação rural no município de Glória de Dourados, então vinculado ao estado de Mato Grosso.

Embora se reconheça que o conjunto documental identificado seja insuficiente para a plena reconstrução historiográfica da instituição em questão, entende-se que tais fontes constituem um ponto de partida para futuras investigações que se proponham a elucidar a historicidade das instituições escolares no Mato Grosso Uno, particularmente na região de

Dourados. Dessa maneira, o estudo contribui para a ampliação das fronteiras epistemológicas no campo da História da Educação, fomentando novas incursões investigativas sobre a escolarização rural e seus desdobramentos no contexto mato-grossense.

A despeito da relativa amplitude documental disponível, a reconstituição da trajetória da Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º Grau São José ainda apresenta lacunas que exigem um esforço investigativo aprofundado. Essa instituição desempenhou um papel fundamental no atendimento educacional de discentes oriundos de Glória de Dourados e regiões circunvizinhas, constituindo-se como um elemento central na história da educação rural local. Pelas reflexões de Lucien Febvre,

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Contudo, depende do que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. (Febvre, 1949, ed. 1953, p. 428, *apud* Le Goff, 1984, p. 98).

A reflexão de Lucien Febvre transcende a concepção tradicional da história como um campo de estudo restrito aos documentos escritos, reafirmando a maleabilidade e a inventividade do historiador na construção do conhecimento histórico. Ao afirmar que a história se faz com documentos escritos quando estes existem, mas que também pode ser elaborada sem eles, Febvre rompe com a dependência exclusiva da escrita como fonte primária, ampliando o escopo da historiografia.

A metáfora utilizada – a do historiador como um produtor de mel que, na ausência das flores habituais, encontra outras fontes para seu labor – evidencia a necessidade de uma abordagem metodológica flexível e criativa. O historiador, nesse sentido, não se limita à documentação formalmente reconhecida, mas mobiliza um espectro mais amplo de vestígios, como relatos orais, cultura material, iconografia e demais expressões que carregam marcas do passado.

Essa perspectiva se alinha ao movimento dos *Annales*, do qual Febvre foi um dos expoentes, que propunha uma história menos positivista e mais interdisciplinar, aproximando-se de campos como a antropologia, a sociologia e a geografia. Dessa forma, a historiografia passa a reconhecer a legitimidade de fontes alternativas e a necessidade de novas abordagens interpretativas, reafirmando o papel ativo do historiador como um artesão do tempo, capaz de reconstruir o passado mesmo diante da escassez documental tradicional.

## 2. Modernização, políticas educacionais e desafios da escolarização no interior

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil viveu uma experiência de urbanização que não acompanhou o processo de industrialização, o que não implicou de fato, melhores condições de vida para muitas pessoas que abandonaram o campo e foram para a cidade. Esse processo levou a população rural a marginalização e a exclusão social. Assim, a medida que o Brasil se industrializa, as escolas da cidade passam a atender uma demanda diferente que não são as mesmas das escolas rurais (Nóvoa, 1994).

No Brasil, durante o período republicano de 1930 a 1945, o ideal de progresso tornou-se um anseio para aqueles que viam na civilização europeia o próprio modelo a ser seguido. Inspirados por essa visão, os grandes centros urbanos do país começaram a difundir para as regiões mais periféricas o desejo de modernização, em um pensamento iluminista que associava o avanço à dissipação da ignorância e das trevas. Para isso, adotaram como referência países como França e Inglaterra, não apenas pela modernização de suas cidades, mas também pelo ordenamento dos espaços urbanos, pela construção de amplas avenidas e edifícios suntuosos, pelo ideal higienista de salubridade e pelo desenvolvimento da educação, pelo progresso do ensino escolar e pelas inovações técnicas cujo objetivo era a civilização. (Prado, 2014).

A situação do Mato Grosso (uno) não se diferenciava muito da realidade do Brasil como um todo. Deste modo, com o advento da República, almejavam-se transformações urgentes e inadiáveis. Mais do que isso, pairava sobre o território nacional o anseio pelo progresso e por um projeto modernizador, capaz de superar a situação de atraso e estagnação do país, bem como promover a civilização de seu povo. Assim, sob a efervescência do ideário republicano, novas mudanças e iniciativas foram surgindo, a começar pelo processo de nacionalização e urbanização; a construção de ferrovias, a expansão das relações internacionais e das exportações; a consolidação das indústrias, entre outras. (Monarcha, 2007).

Enquanto isso, em Mato Grosso, as mudanças ocorriam de forma mais lenta. O poder político se manteve sob o domínio e o poderio de pequenos grupos, os coronéis. No Estado, a política local e vários setores da sociedade – incluindo o da educação – eram intimamente influenciados pelo coronelismo, que ditava desde a abertura e fechamento de escolas, até a contratação dos profissionais do ensino. (Mendonça, 1997).

Os coronéis em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam, então, provir tanto da grande propriedade rural, como de um patrimônio urbano (coronéis pecuaristas, usineiros, agricultores, comerciantes grandes e pequenos, etc.), exerciam o poder de decisão efetivamente a nível local, ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais. (Corrêa, 2006, p. 61).

Tal realidade é ratificada por Jacomeli (1998), ao afirmar que numa região como a mato-grossense, na qual existiam grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas, em que o poder

político, também concentrado nas mãos de poucos, era representado por frações de classes ligadas ao comércio, às usinas de açúcar ou aos latifúndios (criadores de gado e produtores de erva-mate), uma pressão popular por escolas, por exemplo, era praticamente insignificante. A maioria dos trabalhadores, esparramada pelo vasto território mato-grossense, desenvolvia seu trabalho nas fazendas. A parcela de trabalhadores urbanos era relativamente pequena em relação aos trabalhadores rurais.

Esse cenário de busca pela modernização e pelo progresso manteve-se até aproximadamente 1950, refletindo-se também no ensino primário em diferentes regiões do vasto estado de Mato Grosso. Apesar das particularidades locais, as dificuldades enfrentadas pelas instituições escolares eram, em grande parte, comuns. A precariedade da infraestrutura, a carência de recursos didáticos, a formação insuficiente dos professores e a dificuldade de acesso à educação por grande parte da população revelavam um sistema educacional ainda distante dos ideais propagados pelas elites modernizadoras. Além disso, a centralização das políticas educacionais e a influência dos modelos europeus nem sempre se adequavam às realidades regionais, o que gerava desafios adicionais para a implementação de reformas eficazes. Dessa forma, a educação primária no estado refletia as contradições entre o desejo de progresso e as condições estruturais que limitavam sua efetivação. (Jacomeli, 1998).

O discurso oficial promovido durante o governo Vargas (1930-1945) enfatizava a necessidade de consolidar um sentimento de identidade nacional por meio da educação, vista como um instrumento essencial para a construção de um Brasil moderno e coeso. Para alcançar esse objetivo, o governo utilizou a escola como um espaço de difusão de valores patrióticos e de um ideal de progresso alinhado ao projeto nacionalista do período. A educação passou a ser concebida não apenas como um direito, mas como um dever do Estado na formação de cidadãos comprometidos com os ideais da pátria. Dessa forma, a mobilização dessas representações manifestou-se de maneira intensa no âmbito educacional, moldando currículos, conteúdos escolares e práticas pedagógicas para reforçar a unidade nacional e fortalecer o vínculo entre a população e o Estado. (Costa, 2009, p. 104).

Outras temáticas discutidas em relação ao ensino primário no Mato Grosso evidenciavam a necessidade de uniformizar a duração dos cursos, tanto nas zonas rurais quanto nos centros urbanos, como uma tentativa de reduzir as desigualdades educacionais entre essas regiões. A disparidade no tempo de escolarização era reflexo de dificuldades estruturais, como a escassez de escolas nas áreas mais afastadas, a falta de professores qualificados e as limitações impostas pelas condições socioeconômicas da população.

Além dessa preocupação com a padronização da duração dos estudos, nas regiões de fronteira, onde a diversidade cultural e a proximidade com outros países exerciam influência sobre a identidade local, tornava-se imprescindível a formação de professores capacitados para preservar e fortalecer a cultura da língua portuguesa. A defesa do idioma nacional estava diretamente relacionada à construção de um sentimento de pertencimento e soberania, especialmente em áreas de contato com outras línguas e culturas.

Outros aspectos também foram debatidos, como a obrigatoriedade do ensino primário, medida que buscava ampliar o acesso à educação e reduzir os índices de analfabetismo. No entanto, essa obrigatoriedade enfrentava desafios significativos, sobretudo nas zonas rurais, onde a necessidade de mão de obra infantil para o trabalho no campo frequentemente impedia a frequência regular das crianças à escola.

Além disso, a fundação de clubes agrícolas foi incentivada como parte das iniciativas educacionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região. Esses clubes tinham o objetivo de integrar a educação formal ao trabalho agrícola, ensinando técnicas de cultivo, manejo da terra e noções de economia rural. Dessa forma, além de proporcionar uma formação prática aos estudantes, essa estratégia visava fortalecer a economia local e incentivar a permanência das famílias no campo, evitando o êxodo rural.

Assim, as discussões sobre o ensino primário em Mato Grosso evidenciavam um esforço não apenas para expandir a escolarização, mas também para adaptá-la às realidades regionais, buscando equilibrar a formação acadêmica com as demandas econômicas e culturais do estado. (Lenharo, 1986).

Nessa perspectiva, no que se refere à ruralização do ensino em Mato Grosso, cumpre destacar que, em virtude das extensas dimensões do território mato-grossense e das várias dificuldades de acesso a diversas cidades, as escolas urbanas acabaram por se concentrar na capital e nas localidades portuárias, símbolos da pretensa modernidade que se almejava alcançar no Estado. (Mancini, Monarcha, 2018).

Havia uma grande divulgação dos governos da década de 1950 que fazia propaganda contrária ao meio rural, passando a mensagem que a urbanização era o meio mais evolutivo para o País. Com isso, ocorreu que os alunos e professores do meio rural acabaram ficando sem um incentivo e levou a altos níveis de analfabetismo no Brasil. (Damasceno, 2004).

Quando se trata das pesquisas em educação rural, que pode ser objeto de estudo de vários ramos da ciência, e comparamos com as temáticas das outras tantas pesquisas existentes no

Brasil, é possível verificar que a educação rural é um tema debatido, porém, em relação aos outros ramos é dezessete vezes menos (Damasceno, 2004).

Nessa perspectiva, foi escolhida a Escola de Educação Rural do município de Glória de Dourados para trazer luz e revisitar um grande marco na história da educação do sul do antigo Mato Grosso.

### 3. A escola rural mista de Glória de Dourados

No contexto histórico mais amplo, observa-se que, a partir da década de 1950, houve uma intensa campanha estatal em favor da urbanização, promovendo a noção de que o êxodo rural representava um caminho inevitável para o progresso do país. Tal política resultou na marginalização das comunidades rurais, deixando alunos e professores desse meio em uma condição de desamparo institucional e de escasso incentivo governamental. Esse cenário contribuiu significativamente para a elevação dos índices de analfabetismo no Brasil (Damasceno, 2004).

Diante desse panorama, a Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º Grau São José consolidou-se como uma referência para a alfabetização e escolarização de muitas pessoas residentes na zona rural da época. Os registros históricos disponíveis, datados de 1972 e 1974, permitem a reconstrução parcial da dinâmica escolar vigente nesse período. Embora depoimentos de ex-alunos pudessem enriquecer a pesquisa com narrativas sobre as dificuldades, desafios e vivências escolares, a obtenção dessas fontes orais foi inviabilizada.

A. pandemia de COVID-19, deflagrada em 2020 e responsável pelo fechamento das instituições de ensino até 2021, coincidiu com o início do interesse por esta investigação. Ademais, considerando que os possíveis colaboradores pertencem a uma faixa etária avançada, optou-se por concentrar a análise exclusivamente na documentação oficial disponível na Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados-MS.

A pesquisa em educação rural, enquanto campo de estudo, apresenta um déficit significativo em relação a outras áreas da educação no Brasil. Apesar de ser um tema relevante e amplamente debatido em determinados círculos acadêmicos, as investigações sobre educação rural são numericamente inferiores, representando um volume de estudos até dezessete vezes menor quando comparado a outras vertentes da pesquisa educacional (Damasceno, 2004). Tal discrepância reforça a necessidade de aprofundamento e valorização desse campo de investigação, a fim de resgatar e compreender a trajetória histórica das instituições escolares que atuaram nesse contexto específico.

Cabe destacar que, até o final da década de 1970, as abordagens metodológicas predominantes nos diversos campos do conhecimento seguiam uma tendência centrada na escrita e na valorização de temáticas de alcance nacional. Esse direcionamento resultou na marginalização das especificidades regionais, relegando ao silêncio as singularidades locais e as construções do imaginário coletivo no processo de historicização da educação brasileira. Assim, narrativas que poderiam conferir protagonismo às realidades educacionais periféricas e rurais permaneceram à margem das investigações acadêmicas.

Nesse sentido, o presente estudo insere-se no movimento que busca conferir visibilidade à história da educação em sua dimensão regional, lançando luz sobre as instituições escolares que, apesar de seu papel fundamental na formação de gerações, foram historicamente relegadas a uma condição secundária na historiografia educacional. Ao direcionar a análise para o contexto das escolas rurais, este estudo contribui para a ampliação do escopo das investigações sobre a história da educação, garantindo que experiências escolares específicas sejam documentadas e compreendidas em sua complexidade.

O procedimento adotado consistiu na catalogação minuciosa de todos os documentos existentes relativos à Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º Grau São José, referentes aos anos de 1972 e 1974, com o objetivo de apresentá-los aos leitores. Esta organização documental constitui uma base sólida para investigações futuras, que poderão expandir o estudo para outros registros da instituição, agora acessíveis e disponíveis, servindo como fonte valiosa para o aprofundamento do conhecimento sobre a história da escola em questão.

Os quadros apresentados fazem referências aos documentos e suas respectivas informações encontradas sobre os anos de 1972 e 1974 sobre o funcionamento da Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º grau São José de Glória de Dourados.

**Quadro 1:** Documentos Encontrados Sobre a Escola

Ano	Documento
1972	Diário de Classe
1974	Diário de Classe
1972	Contrato de Prestação de Serviços
1972	Mapa Mensal de Junho
1972	Relação dos alunos matriculados
1970	Currículo Profissional

Fonte: elaborado pelos autores.

Pode ser verificado que não foram encontrados muitos documentos referentes ao ano de 1974, todavia, é desconhecido nesse momento o motivo. Foi pesquisado na Prefeitura Municipal de Glória de Dourados-MS e também na Secretaria de Educação do município, todos os arquivos encontrados estão mencionados no quadro acima.

**Quadro 2:** Alunos Matriculados

Ano	Documento	Total De Alunos	Professor
1972	Diário de Classe	63	Manoel Paulo dos Santos
1972	Certidão de Matrícula	38	Manoel Paulo dos Santos
1972	Mapa Mensal	63	Manoel Paulo dos Santos

Fonte: elaborado pelos autores.

O diário de classe de 1972 e o relatório mensal da Instituição informam que tiveram 63 alunos matriculados, contudo, esse número de alunos é dividido entre as classes que vão do 1º ao 4º ano. Entretanto, apesar de haverem 63 alunos matriculados, somente 33 efetivaram matrícula, sendo caracterizado no arquivo da escola como “Matrícula Real”. Esses 33 alunos foram divididos entre as classes do 1º ao 4º, sendo 30 alunos no 1º ano, 2 no 3º e 1 aluno no 4º.

Com base nos dados apresentados, retirados do acervo de arquivos de Glória de Dourados-MS, pode perceber que houve uma evasão escolar, pois de 63 alunos matriculados, somente 33 deram início as aulas. Porém, em novembro de 1972, último mês letivo, o ano foi concluído com 36 alunos, isso significa que mais 03 alunos efetivaram matrícula.

Ponto importante a ser discutido é que uma característica da época era a evasão escolar nas áreas rurais. Isso foi um problema acentuado no Brasil entre 1930 e 1980. Diversos estudos históricos, como os de José Carlos Libâneo (1990) em *Didática* e Maria Clara Di Pierro (1999) em *História da Educação Brasileira*, têm destacado que a falta de infraestrutura adequada para as escolas rurais, as distâncias entre comunidades e escolas, bem como as necessidades econômicas de famílias rurais, contribuíram para as altas taxas de evasão escolar. Muitas vezes, as crianças eram forçadas a participar de atividades agrícolas para sustentar suas famílias, levando a interrupções em sua educação. Por conta disso, o número de alunos que, por algum motivo desconhecido, não puderam dar andamento aos estudos pode ser justificado. Além disso, a responsabilidade precoce sobre os ombros dos pequenos limitava suas oportunidades de desenvolvimento pessoal. Esse cenário evidencia como fatores socioeconômicos impactavam diretamente o acesso à educação na infância.

### Quadro III- Datas Comemorativas

Ano	Documento	Mês	Dias para serem comemorados	Professor
1972	Frequência Escolar	Abril	- Dia Pan Americano; - Dia do Livro; - Dia do Índio; - Tiradentes; - Descobrimto do Brasil; - Celebração da 1ª missa do Brasil.	Manoel Paulo dos Santos
1972	Frequência Escolar	Maiο	- Dia do Trabalho; - Dia das Mães; - Abolição da Escravatura; - Batalha de Tuiuti.	Manoel Paulo dos Santos
1972	Frequência Escolar	Junho	- Dia de Anchieta; - Batalha de Riachuelo; - Dia de São Luis de Gonzaga; - Dia de São Pedro e do Papa.	Manoel Paulo dos Santos
1972	Frequência Escolar	Agosto	- Assunção de Nossa Senhora; - Dia de Caxias e do Soldado; - Preparativos para as comemorações do dia 7 de setembro.	Manoel Paulo dos Santos
1972	Frequência Escolar	Setembro	Realizar convidando os pais dos alunos à: - Dia da Pátria; - Dia da Constituição Brasileira; - Dia da Árvore; - Dia do Ancião.	Manoel Paulo dos Santos
1972	Frequência Escolar	Novembro	- Dia de Todos os Santos; - Dia dos Mortos; - Programação da República; - Dia da Bandeira; - Dia Nacional de Ações de Graças.	Manoel Paulo dos Santos

Fonte: elaborado pelos autores

À luz das informações supracitadas, é patente que o professor, no contexto da educação rural nos anos de 1972 e 1974, era incumbido da obrigação de promover, junto às crianças, a comemoração de diversos dias cívicos, uma prática que reflete de maneira incontestável o ambiente de militarismo prevalente durante o período ditatorial (1964-1985). O documento intitulado “Frequência Escolar” revela a imposição dessas atividades cívicas, evidenciando uma educação fortemente marcada pelos ideais de patriotismo e pelo controle ideológico que dominava a esfera educacional na época. Tal imposição não se limitava a um mero cumprimento de formalidades; ela se configurava como uma estratégia deliberada para inculcar nos alunos valores alinhados ao regime autoritário, cimentando a ordem militar como pilar central da educação.

Em sua análise, Oliveira (2010) ressalta com precisão como essas obrigações de celebração cívica serviam para restringir a liberdade de expressão e inibir o desenvolvimento do pensamento crítico entre os alunos. Ao forçar a participação nas comemorações cívicas, o

regime não só buscava consolidar uma identidade nacional submissa, mas também silenciar as vozes dissidentes, que representavam uma ameaça ao projeto autoritário em curso. Esse controle sobre as práticas educacionais e sociais se estendia para além do simples incentivo ao patriotismo, funcionando como uma forma de doutrinação ideológica que, por meio da repetição e da ritualização, visava criar uma conformidade acrítica entre as gerações de estudantes.

O impacto desse processo de domesticação do pensamento foi profundo, pois a escola, enquanto instituição formadora, não se limitava a transmitir saberes acadêmicos, mas também se tornava um campo de batalha para a conformação das mentes e corpos, no qual o exercício da cidadania era pautado pela obediência, pela disciplina e pela aceitação passiva da ordem imposta. Assim, a educação naqueles tempos tornou-se uma arena na qual o regime militar não só controlava o conteúdo curricular, mas também regulava as atitudes e comportamentos dos alunos, suprimindo quaisquer tentativas de reflexão crítica ou contestação das normas vigentes.

Com base na documentação analisada, foi possível constatar que a turma em questão, correspondente ao período vespertino, iniciou suas atividades letivas no mês de março de 1974, com um total de 37 alunos matriculados, sendo 20 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Contudo, o referido documento não oferece informações detalhadas sobre os conteúdos curriculares abordados pelo professor José Alves Barbosa durante o ano letivo, o que limita a compreensão mais aprofundada da dinâmica pedagógica vivenciada pelos alunos.

Ademais, ao longo do primeiro mês de aulas, o docente formalizou a conclusão do período em questão no dia 30 de março, conforme registrado de forma oficial e assinada, evidenciando a regularidade do processo letivo. No entanto, um dado de considerável relevância emerge da análise: observou-se uma desistência substancial de alunos, com um total de 10 abandonos. Embora os motivos que levaram a essas desistências não tenham sido explicitados, o simples fato de que ao lado dos nomes dos desistentes constava apenas um "X" — sem qualquer menção à frequência escolar, ao contrário dos registros dos demais estudantes — sugere que tais ausências foram tratadas de maneira sistemática e padronizada. Um aspecto adicional e digno de nota é que todos os alunos que abandonaram as aulas eram do sexo masculino, o que levanta questões sobre as dinâmicas de gênero e as possíveis razões socioeconômicas ou culturais que possam ter influenciado essa elevada taxa de evasão entre os estudantes do sexo masculino.

Esse fenômeno, embora não plenamente elucidado pelos documentos disponíveis, oferece pistas valiosas para uma reflexão sobre os fatores que permeavam a educação rural

daquele período, especialmente em um contexto de desigualdade de acesso e de dificuldades estruturais que comprometiam o processo educativo nas zonas rurais.

O último mês letivo da turma em análise ocorreu em novembro de 1974, e, dada a carência de informações suplementares sobre os alunos, não foi possível determinar, de forma inequívoca, a realização de uma cerimônia de formatura ou até mesmo a entrega de notas. Contudo, é possível afirmar com certo grau de segurança que houve a formalização da conclusão do ano letivo, e os vestígios documentais indicam que o ciclo escolar foi, de fato, completado sob a direção do professor responsável.

Portanto, ao considerar esses vestígios, é possível concluir que, apesar das lacunas informativas, há indícios claros de que o ano letivo foi efetivamente encerrado conforme a normatividade da época, e que o ciclo escolar se desenrolou, em grande parte, sob a supervisão do docente em questão. A análise desses fragmentos documentais, embora suscetível a interpretações diversas, oferece subsídios suficientes para uma compreensão fundamentada do contexto histórico e educacional em questão, permitindo que a pesquisa avance em direção a uma compreensão mais profunda da realidade escolar do período.

À luz da reflexão proposta por Ginzburg (1989), que destaca a importância dos "vestígios" e "aparências" como fontes legítimas para a construção histórica, é plausível concluir sobre o objeto de investigação a partir do levantamento das informações disponíveis, ainda que estas sejam parciais e, em alguns aspectos, fragmentadas. Tais elementos, embora limitados, fornecem uma base sólida para uma análise crítica do contexto educacional do período, permitindo que se trace um panorama da continuidade do processo pedagógico, mesmo na ausência de registros mais completos ou conclusivos

Por fim, a respeito da Escola Municipal Rural Mista São José, também foram encontrados os contratos de prestação de serviços e Currículo de alguns professores. Esses contratos foram feitos entre a Prefeitura Municipal de Glória de Dourados-MS e servidores da época.

A partir da análise do diário de classe referente aos anos de 1972 e 1974, observa-se que os únicos docentes efetivamente responsáveis pelas aulas durante esse período foram os professores Manoel Paulo dos Santos e José Alves Barbosa. Embora os currículos de outras duas professoras tenham sido devidamente recebidos pela instituição, não foi possível localizar informações que atestassem sua contratação ou atuação efetiva no corpo docente da escola. Esse vácuo informativo levanta questões sobre a possível existência de lacunas administrativas

ou contratuais que impediram o pleno engajamento de tais profissionais nas atividades educacionais da instituição.

No que diz respeito à administração municipal, o prefeito Pe. Roberto, conforme informações disponibilizadas pelo jornal *Dourados News* (2011), ocupou o cargo na cidade de Glória de Dourados-MT entre os anos de 1970 e 1972. Este dado assume relevância significativa no processo de contextualização da gestão educacional da época, pois permite compreender as possíveis influências políticas e administrativas que poderiam ter repercutido na gestão escolar local. O período de sua administração, imerso nas complexas dinâmicas políticas do regime militar, possivelmente refletia-se nas condições institucionais e estruturais das escolas, afetando diretamente a organização e o funcionamento das atividades educacionais no município. Assim, a figura do prefeito e o contexto político-administrativo de seu governo oferecem um ponto de partida crucial para uma reflexão sobre os impactos das decisões políticas na configuração das práticas pedagógicas e nas condições de ensino nas escolas da região.

#### 4 Conclusões

A análise dos documentos recuperados acerca da Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º Grau São José, datados de 1972 e 1974, proporciona uma visão detalhada e reveladora sobre as condições da educação rural no período em questão. Os registros de matrículas, assim como os diários de classe, evidenciam um fenômeno recorrente de abandono escolar precoce, característica típica das zonas rurais brasileiras da época. Este fenômeno, multifacetado e profundamente enraizado nas dinâmicas sociais e econômicas da região, pode ser atribuído a uma série de fatores interligados.

Primeiramente, a carência de infraestrutura escolar adequada nas zonas rurais constitui um obstáculo significativo à permanência dos alunos na escola. A precariedade das instalações, aliada à escassez de materiais didáticos e recursos pedagógicos, limitava as condições de ensino e aprendizado, contribuindo para a evasão escolar. Adicionalmente, a grande distância entre as comunidades rurais e as instituições de ensino, frequentemente localizada em centros urbanos distantes, dificultava o acesso dos estudantes à escola, tornando o processo educativo uma tarefa dispendiosa e, muitas vezes, desmotivadora.

Ainda, a necessidade premente das famílias rurais em garantir a subsistência através do trabalho no campo impunha-se como uma exigência mais imediata e palpável, sobrepondo-se ao valor da educação. A precariedade das condições econômicas dessas famílias forçava os

jovens a abandonar os estudos precocemente, a fim de auxiliar no sustento doméstico. Dessa forma, o abandono escolar se torna um reflexo direto de uma realidade em que as necessidades econômicas se sobrepõem às oportunidades educacionais, perpetuando um ciclo de pobreza e subdesenvolvimento nas áreas rurais.

Portanto, a análise dos documentos da Escola São José não apenas revela os desafios enfrentados pelos alunos e professores da época, mas também lança luz sobre as dificuldades estruturais e socioeconômicas que marcaram a educação rural no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, apontando para um contexto de exclusão educacional que demandaria reformas profundas para garantir a inclusão e a equidade no acesso à educação.

A obrigatoriedade das comemorações cívicas, explicitada nos registros das atividades escolares referentes aos anos de 1972 e 1974, revela de forma inequívoca a influência do militarismo na educação durante esse período. As celebrações cívicas, além de cumprirem um papel cerimonial, serviram como instrumentos de doutrinação ideológica, projetados para consolidar a conformidade dos alunos aos preceitos estabelecidos pela ditadura militar que então predominava no Brasil. Sob o manto da obrigação legal, essas atividades não se limitaram a promover o patriotismo de maneira superficial, mas foram estrategicamente concebidas para moldar mentalidades, reforçando um discurso único que privilegiava a ordem, a disciplina e a obediência, elementos essenciais ao regime autoritário.

De acordo com Oliveira (2010), essas celebrações não apenas buscavam fomentar um sentimento de unidade nacional, mas, sobretudo, visavam silenciar as vozes dissidentes, que poderiam se insurgir contra o regime. Através da imposição dessas práticas, o Estado procurava legitimar sua autoridade e controlar as narrativas dentro do espaço educacional, cerceando a liberdade de expressão e o pensamento crítico dos estudantes. A escola, enquanto espaço formal de socialização, tornava-se, assim, um aparato de conformação ideológica, no qual a liberdade de questionamento e a pluralidade de ideias eram fortemente limitadas.

Esse processo de "doutrinação cívica" se refletia não apenas nas comemorações de datas nacionais e outros eventos institucionais, mas também na própria organização do currículo e nas práticas pedagógicas que se alinhavam aos interesses do regime militar. A imposição dessas atividades, com seu caráter ritualista e uniformizador, refletia o desejo de cultivar uma geração submissa e ideologicamente alinhada aos princípios do regime, dificultando a emergência de uma educação emancipatória, capaz de fomentar o espírito crítico e reflexivo dos alunos.

Portanto, a análise das comemorações cívicas e da imposição de atividades de cunho ideológico durante o período militar revela um cenário de controle e repressão, no qual a

educação se tornava não apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas também uma ferramenta de manutenção da ordem política vigente. A imposição de tais práticas, longe de ser uma mera formalidade, tinha um papel profundo na formação de uma mentalidade coletiva, funcional ao projeto autoritário que vigorava no país.

No tocante ao ano de 1974, mesmo diante da escassez de documentação específica sobre as comemorações cívicas, é possível discernir, por meio dos vestígios documentais, indícios da continuidade de uma educação impregnada pelos princípios do militarismo, dado que o Brasil ainda vivenciava o regime ditatorial. A persistência dessas práticas cívicas revela um ambiente educacional marcado por um controle ideológico que perdurava, mesmo em contextos educacionais aparentemente distantes dos grandes centros urbanos. O caráter cerimonial das atividades, orientado pela necessidade de conformidade e subordinação à ordem estabelecida, reflete a perenidade da intervenção militar nas esferas educacionais, as quais estavam longe de ser imunes ao projeto autoritário em curso no país.

É imperativo destacar que os registros concernentes aos contratos de prestação de serviços e aos currículos dos professores oferecem um valioso panorama dos profissionais envolvidos na instrução dos alunos, permitindo compreender a estrutura docente da Escola Rural Mista Municipal de 1º e 2º grau São José. Os professores Manoel Paulo dos Santos e José Alves Barbosa são identificados como os responsáveis pela docência nos anos de 1972 e 1974, conforme os documentos catalogados. Esses dados, embora limitados, fornecem subsídios significativos para a reconstrução da história da educação rural da época, revelando os sujeitos que, em meio a adversidades, desempenhavam o papel de mediadores do saber em um contexto desafiador.

Tais informações sublinham a necessidade urgente de uma reflexão aprofundada sobre a educação rural no Brasil durante esse período, especialmente no que concerne aos efeitos perniciosos do militarismo sobre a formação de educadores e alunos. As dificuldades inerentes às escolas do campo, somadas ao elevado índice de abandono escolar, configuram-se como desafios estruturais e ideológicos que se impunham ao sistema educacional. A escassez de recursos, a precariedade das condições de ensino e a constante intervenção estatal nas práticas pedagógicas refletiam-se na incapacidade da escola rural de promover uma educação inclusiva, crítica e emancipatória.

A compreensão desses aspectos não apenas ilumina as particularidades da educação rural durante o regime militar, mas também oferece uma base sólida para a construção de uma análise crítica da história da educação no Brasil. Esse olhar atento e detalhado sobre o passado

se faz imprescindível para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, conscientes e sensíveis às necessidades de contextos educacionais marginalizados, como o das escolas rurais, com vistas à promoção de uma educação que, além de formativa, seja também libertadora e transformadora.

## Referências

CORRÊA, V. B. **Corumbá: terra de lutas e de sonhos**. Brasília: Editora Senado Federal, 2006.

COSTA, V.A.V. **Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p.190. 2009.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27925>.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Ormia; RIBEIRO, Vera Masagão. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2001.

DOURADOS NEWS. Oito anos sem o Padre Roberto. 2011. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=como+fazer+referencia+de+site&oq=como+fazer+referen&aqs=chrome.1.69i57j0i27113.4568j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

JACOMELI, M. R. M. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 a 1927**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1998.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.26.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas/SP: Papirus, 1986.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MANCINI, A. P. G.; MONARCHA, C. **A escola rural no Brasil (1930-1950): o oitavo Congresso Brasileiro de Educação**. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, n. 3, p. 700-715, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40898>. Acesso em: 9 out. 2024.

MONARCHA, C. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. *In*: WERLE, F. O. C. (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 19-51

NÓVOA, A.M.S.S. **História da educação**. Lisboa: universidade de Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, M. A. M. (org.). (2010). **Educação, Ditadura Militar e Autoritarismo: Reflexões sobre o Ensino de História**. Editora Vozes, 2010

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de>. Acesso em: 28 ago. 2024.

499

PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Contrato de Prestação de Serviços de Professores de 1972**. Glória de Dourados – MS. Acesso em: 22 jun. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Currículo Profissional. Glória de Dourados – MS**. Acesso em: 22 jun. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Diário de Classe de 1972. Glória de Dourados – MS**. Acesso em: 22 jun. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Diário de Classe de 1974. Glória de Dourados – MS**. Acesso em: 22 jun. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Mapa Mensal de Alunos de 1972. Glória de Dourados – MS**. Acesso em: 22 jun. 2024.

Secretaria Municipal de Educação de Glória de Dourados - MS. **Relação dos Alunos Matriculados em 1972**. Glória de Dourados – MS. Acesso em: 22 jun. 2024.